

# Resenhas

FORMOSINHO, J. (org.).

*Modelos curriculares para a educação infantil.* Portugal: Porto Editora, 1996. Coleção Infância. 159 p.

A obra organizada por Formosinho é constituída por quatro artigos de pesquisadores que se dedicam à educação de crianças menores de 6 anos em Portugal (Formosinho, Lino e Niza) e nos Estados Unidos (Spodek e Brown). A organizadora e seus dois colegas representam o centro de estudos a respeito da infância em Portugal na Universidade do Minho, que se vem tornando muito importante para os pesquisadores brasileiros da área de educação infantil por seus projetos, que em parte são apresentados nesta obra a primeira de uma coleção intitulada "Infância", que possui como objetivo apresentar e discutir questões educacionais em torno da infância de forma multi e interdisciplinar, por intermédio de programas de trabalho, análise de propostas curriculares para a educação infantil, experiências, estudos históricos, sociológicos etc.

"Este primeiro livro da Coleção Infância tem o objetivo de apresentar modelos curriculares concretos. É que a reflexão

curricular sobre a infância não se esgota no estudo das fontes do currículo ou da teoria do desenvolvimento curricular, mas na análise de vários modelos curriculares concretos" (p. 11). Apresentando reflexões a respeito das fontes curriculares na educação da infância, desvelando o próprio conhecimento científico sobre o desenvolvimento da criança, seus antecedentes históricos, culturais e sociais, elegendo ao mesmo tempo a cultura como uma fonte curricular para esse nível etário, o livro analisa de forma preliminar modelos curriculares com quase três décadas de funcionamento na Europa e Estados Unidos, possibilitando ao pesquisador brasileiro aprofundar estudos a respeito de modelos brasileiros que apareceram como cópias daqueles.

O livro analisa três dos mais conhecidos modelos curriculares na educação da infância — dois dos quais mais praticados em Portugal — *Movimento da Escola Moderna* e *High-Scope* e o projeto *Reggio Emilia* (italiano). Ambos possuem pontos comuns quanto a sua estrutura curricular e forma de organização, os quais podemos dividir em seis itens principais: 1. ambos possuem a fundamentação teórica calcada na psicologia cognitivo-desenvolvimentista e em

autores pertencentes ao movimento intitulado Escola Nova ou Progressista — alguns destes autores são: Piaget, Montessori, Dewey, Freinet, Gardner, Vygotsky, Decroly, Kohlberg e outros; 2. a criança, seus interesses, necessidades e seu desenvolvimento aparecem como motores do processo de aprendizagem e guias de como este deve ocorrer; 3. as interações com pares, adultos e ambientes são valorizadas e estimuladas por serem entendidas como desencadeadoras do processo de ensino — aprendizagem para a criança (em todos os modelos o ambiente é considerado um terceiro educador da criança), da qualidade das interações depende a qualidade da aprendizagem; 4. em todos os modelos curriculares existe uma preocupação seguida de trabalho efetivo para estreitamento das interações entre a família e a escola, um caráter comunitário e participativo alicerça as propostas; 5. a pedagogia de projetos com experiências-chave fundamenta a metodologia de trabalho dentro das escolas; 6. a sala de aula é transformada e multiplica-se em várias com a utilização de ateliês e/ou oficinas. Em seus quatro capítulos cada autor dedica-se a expor de forma detalhada os modelos curriculares descrevendo

sua evolução histórica e analisando sua forma atual, seguida da contextualização do programa segundo o país em que está sendo aplicado.

No primeiro capítulo, intitulado "Alternativas curriculares na educação de infância: uma perspectiva histórica", Bernard Spodek e Patricia Clark Brown procuram apresentar de forma sintética um pouco da história dos modelos curriculares utilizados na educação de crianças menores de 6 anos. Os autores apresentam educadores e seus modelos abrangendo os séculos XVIII, XIX e XX, partindo do pressuposto de que os programas desenvolvidos pelos pioneiros da educação infantil eram baseados em uma visão particular da infância e do processo educativo, sendo cada programa um modelo curricular específico, ao contrário dos atuais, que se fundamentam em teorias específicas de aprendizagem e/ou desenvolvimento. Esse fato ocorreria em razão do campo da psicologia do desenvolvimento da criança só ter começado a emergir a partir de 1890, ficando os modelos dos séculos XVIII e XIX concebidos antes do estudo científico do desenvolvimento humano reduzidos a concepções psicológicas relacionadas ao impacto das experiências no desenvolvimento das crianças. Os autores exemplificam este fato ao citarem os trabalhos das Escolas de Tricô (Knitting School) de Jean Frederick Oberlin (1767), a Escola Infantil (Infant School) de Robert Owen (1816) e o Jardim de Infância de Froebel (1873). Maria Montessori e Margaret Mcmillan (século XX), outras duas grandes educadoras, marcam com suas propostas de trabalho o movimento de estudo da criança, recheado com o conhecimento crescente da forma como as crianças aprendem e se

desenvolvem, estudos estes que mais tarde viriam a apoiar todo o currículo para a primeira infância.

Após esse resgate histórico dos modelos curriculares para a educação infantil, os autores passam a destacar a forma como estes foram aplicados e divulgados nos Estados Unidos, marcados pelos escritos de John Dewey, originando modelos contemporâneos como o programa Head Start, surgido na década de 60, que se tornou segundo os autores o mais importante e durável. Os autores apresentam, dividindo-os por décadas, alguns programas, analisando suas implicações curriculares para esse nível de educação: década de 60 e 70, programas montessorianos, behavioristas, open education e construtivistas; década de 80 e 90, High-Scope e currículo Antipreconceito, inaugurando a formulação de programas para atingir necessidades de populações específicas.

Os autores encerram o texto apresentando as linhas de orientação para programas de educação da infância estabelecidas pela NAEYC (National Association for the Education of Young Children), difusora do conceito de adequado do ponto de vista desenvolvimental às crianças, que se tornou o único padrão de avaliação dos programas de educação da infância, reafirmando a premissa inicial de que, com o advento da psicologia da criança e seus estudos a respeito de como as crianças aprendem e se desenvolvem, esta se tornaria o alicerce da educação infantil.

O segundo capítulo "A contextualização do modelo curricular High-Scope no âmbito do Projecto Infância", de Julia Oliveira Formosinho, apresenta os objetivos do Projeto Infância (iniciado em 1992-1993), desenvolvido na

Universidade do Minho, em Portugal, no qual se busca contextualizar modelos de qualidade na educação da infância para a realidade portuguesa. O projeto apresentado por Spodek e Brown — o High-Scope — é o primeiro a passar por este processo de contextualização.

A contextualização passa por um debate sobre a relevância cultural das premissas teóricas constitutivas do modelo de rotina diária do seu processo e concretiza-se num processo de utilização do currículo no quadro cultural envolvente. O Projeto Infância, ao realizar a contextualização, atua em três vertentes: a investigação, a formação e a intervenção no terreno. A premissa básica em que o projeto opera é o construtivismo: o homem constrói o seu próprio conhecimento na interação com os objetos, as idéias e as pessoas, e a qualidade da interação determina a qualidade da construção.

A autora descreve com mais detalhes que o capítulo anterior a constituição do High-Scope, reconstruindo a história do projeto e as suas diversas fases, detalhando a fase atual e como esta vem sendo trabalhada em Portugal dentro do Projeto Infância para garantir a qualidade no atendimento infantil.

O terceiro capítulo, intitulado "O projeto de Reggio Emilia: uma apresentação", de Dalila Lino, apresenta um outro modelo curricular considerado de qualidade para a educação da infância, mas que não está incluso no movimento de contextualização do Projeto Infância, fazendo parte dos estudos do grupo que opera no centro de estudos sobre a infância na Universidade do Minho: o Reggio Emilia. Este modelo surge na cidade de Reggio Emilia, no norte da Itália, após a Segunda Guerra Mundial,

pertencendo ao sistema de atendimento municipal com quase três décadas de funcionamento, marcado pela ênfase no trabalho centrado na comunidade, onde professores e famílias das crianças formam uma equipe de trabalho que coopera e colabora no sentido de oferecer uma educação de qualidade.

Sofrendo influências teóricas de autores como Dewey, Wallon, Claparede, Decroly, Erikson, Bronfenbrenner, Freinet, Dalton, Agazzi, Ferriere e Montessori, Gardner, Moscovici, Kaye, Piaget com restrições e Vygotsky, a educação neste modelo é baseada nas relações, interações e cooperação, com ênfase nas diversas formas de expressão que permitem à criança comunicar aos pares e aos adultos as experiências vividas e os conhecimentos adquiridos. Neste modelo curricular os trabalhos realizados pelas crianças tornam-se a base para estabelecer o diálogo e o trabalho com os pais e famílias.

No quarto capítulo, intitulado “O modelo curricular de educação pré-escolar da Escola Moderna portuguesa”, Sérgio Niza descreve um modelo português de educação para a infância fruto da fusão de três práticas convergentes: a concepção de um município escolar numa escola primária de Évora, a prática de integração educativa de crianças deficientes visuais do Centro Infantil Hellen Keller, apoiado em técnicas de Freinet, e a organização dos cursos de aperfeiçoamento profissional no Sindicato Nacional de Professores entre 1963 e 1966. Em 1966 se funda o Movimento da Escola Moderna por transformação do Grupo de Trabalho de Promoção Pedagógica, constituído no sindicato, associando-se à Federação Internacional dos Movimentos de Escola Moderna, trabalhando com a pedagogia de Freinet. O movimento

evolui na década de 80 de uma concepção empirista presente na obra de Freinet para a utilização de Vygotsky e Bruner, estabelecendo três finalidades básicas para a educação da infância: iniciação às práticas democráticas, reinstituição dos valores e das significações sociais, reconstrução cooperada da cultura.

Com este trabalho de Niza o livro se encerra apresentando três modelos curriculares, seus históricos, evoluções e trazendo reflexões sobre o estágio atual destes, procurando delimitar parâmetros de qualidade mínimos que devem ser observados no atendimento à infância. Nesse ponto reside a importância da leitura dessa obra, que nos traz experiências ainda pouco conhecidas em nosso país, colocando a qualidade como centro das discussões. Essa obra une-se a outras que vêm sendo publicadas por editoras brasileiras, nas quais se fazem presentes autores como Spodeck e que apresentam um esforço de pesquisadores brasileiros em divulgar e propiciar o aprofundamento do estudo a respeito da educação infantil em nosso país, para que possamos atingir patamares desejáveis de qualidade no atendimento e na formação dos profissionais desse nível de educação.

*Alessandra Arce*  
Universidade Estadual Paulista,  
Araraquara

NOGUEIRA, Maria Alice,  
CATANI, Afrânio (orgs.).  
*Escritos de educação: Pierre Bourdieu*. Rio de Janeiro:  
Voices, 1998.

Este livro propõe-se a apresentar, por meio de artigos até o momento inéditos em português, as

linhas fundamentais do pensamento de Pierre Bourdieu sobre educação, retratando as modificações pelas quais passou desde os anos 60, quando suas análises sobre os mecanismos que tornam a escola uma das instâncias fundamentais da reprodução social tiveram impacto decisivo sobre nossa forma de pensar as relações com a escola. O uso generalizado de expressões e formulações que têm origem em sua obra nos meios educacionais brasileiros dão bem o testemunho de sua influência, embora — como bem observam os organizadores — não haja ainda estudos sobre a recepção da obra de Bourdieu no Brasil. Pode-se dizer, portanto, que a iniciativa dos organizadores da coletânea é particularmente bem vinda, não somente pelo caráter inédito das traduções, como também pelo cuidado com que os mesmos foram selecionados, de forma a contemplar não somente as análises do autor explicitamente vinculadas às questões educacionais, como também textos acerca de conceitos fundamentais para a compreensão do pensamento de Pierre Bourdieu, como por exemplo, os capítulos sobre o “capital cultural” e o “capital social”. O livro constitui-se de 11 textos do sociólogo, alguns dos quais escritos em parceria com colaboradores, além do prefácio do autor. Como anexo, o livro traz um glossário das siglas e um quadro comparativo entre os sistemas educacionais da França e do Brasil, que contribui para compreender algumas das considerações de Bourdieu sobre a atual organização do ensino francês.

A questão básica com relação à escola que Bourdieu propõe, e cuja resposta retoma de várias maneiras pelos textos, poderia ser sintetizada da seguinte forma: por que o investimento feito na escola pelos